



# DIREITO PENAL

 **Estratégia**  
OAB

## SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO DIREITO PENAL

### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Jessica, reincidente, por crime praticado em 19/09/2019, nascida em 20/08/2000, sempre nutriu o desejo de vingar-se de Luciano em virtude de ele ter destruído uma peça ornamental que pertencia a sua mãe, falecida há muitos anos. Após anos de espera, durante a “festa da mexerica”, na cidade de Araçatuba/SP, ocorrida em 10/07/2021, Jessica vê a oportunidade de colocar em prática seu intento criminoso. Para tanto, com o objetivo de envergonhar Luciano e sabendo que ele é alérgico, coloca, na sua bebida, a substância “alfa”, altamente tóxica, a qual faz com que nasça erupções cutâneas em todo seu rosto e corpo. Contudo, após a ingestão da bebida, Jessica percebeu que Luciano desmaiou ao invés de ficar com a pele toda avermelhada e com caroços. Neste momento, Jessica se desespera e então, o socorre. Em razão do pronto socorro, a vítima recebe alta hospitalar assim que recobra a consciência, sem qualquer dano a sua saúde. Não houve a elaboração de exame de corpo de delito, pois a vítima se restabeleceu imediatamente. Determinada a realização da perícia na bebida ingerida por Luciano, o laudo comprovou, que na verdade, o pó encontrado era talco, e não a substância “alfa”. Recebidos os autos do Inquérito Policial, o representante do Ministério Público denunciou Jessica pela prática de lesão corporal de natureza grave, por colocar em risco a vida de Luciano (art. 129, § 1º, II do Código Penal). A denúncia foi recebida pelo Juízo 3ª Vara Criminal da Comarca de Araçatuba/SP, o qual determinou a citação de Jessica, por edital, pois ela encontra-se presa na Penitenciária de Araçatuba, em cumprimento de pena, por delito anterior praticado. Jessica tomou ciência da publicação do inteiro teor do edital no dia 29/06/2022 (quarta-feira). Com base somente nas informações de que dispõe e nas que podem ser inferidas pelo caso concreto, redija, na qualidade de advogado(a) constituído pela acusada, a peça processual, privativa de advogado, pertinente à defesa de seu cliente, datando-a no último dia do prazo. Em seu texto, não crie fatos novos, inclua fundamentação legal e jurídica, explore as teses defensivas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	

37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	

65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	

149	
150	

## QUESTÃO DISCURSIVA 01

Na confraternização de final de ano de uma empresa, Mateus, estagiário, e Diego, o coordenador jurídico da área, ganharam uma gravata da mesma marca, em embalagens idênticas, mas de tecidos diferentes, sendo consideravelmente mais cara a de Diego. Ao ir embora, depois de ingerirem bebidas alcoólicas Mateus levou consigo, por engano, o presente do coordenador jurídico, o qual, ao notar o sumiço da gravata começou a gritar para os restantes dos convidados. Juliana e Carla, secretárias, confirmaram que viram quando Mateus levou o presente por engano e que já tinham telefonado para Mateus e ele se comprometeu a devolver o bem no dia seguinte. Mas, querendo demitir o estagiário, já que ele seria escolhido o novo coordenador jurídico do escritório, Diego foi à delegacia e registrou boletim de ocorrência comunicando o sumiço do presente. No dia seguinte, Mateus tomou conhecimento dos fatos e dirigiu-se espontaneamente à autoridade policial, afirmando que a gravata estava na casa de sua namorada, onde fora apreendida. Encaminhado os autos para o Ministério Público, Mateus foi denunciado pela prática do delito de furto mediante abuso de confiança. A denúncia foi recebida em decisão proferida em 17 de fevereiro de 2020 (segunda-feira).

Considerando o caso narrado, e com base somente nas informações que dispõe o enunciado, responda de forma fundamentada:

- A) Qual a tese de direito material poderia a ser alegada em resposta à acusação a ser apresentada pela defesa de Mateus?
- B) A conduta praticada por Diego pode ser considerada infração penal? Se sim, qual? Fundamente e justifique sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO DISCURSIVA 02**

Paulo, nascido 11/04/2002, possuindo maus antecedentes, foi denunciado pelo delito previsto no artigo 155, §4º, III do CP, pois no dia 09/03/2021 teria adentrado no interior da residência de Ana, utilizando uma chave falsa, e subtraiu a quantia de R\$ 800,00 reais. A vítima não se encontrava no local. Paulo confessou o crime em sede policial, alegando ter agido em estado de necessidade em razão de situação de miséria absoluta por estar desempregado há 2 anos. Afirmou que escolhera a vítima porque era sua vizinha e conhecia sua rotina. Regularmente processado, ao final foi condenado à pena de 02 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime aberto, pena substituída por 2 restrita de direito. Para fundamentar a condenação, o juiz se baseou exclusivamente em seu depoimento prestado em sede policial. A pena-base foi fixada acima do mínimo, em 1/6 em face dos maus antecedentes existentes, a qual se tornou definitiva em face da inexistência de outras causas. Considerando apenas os dados narrados no enunciado, responda:

A) No tocante à fixação da pena, e eventual recurso a ser apresentado pela defesa de Paulo, qual(is) a(s) tese(s) de direito material poderia(m) ser alegada(s)? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,65)

B) Em relação ao mérito da ação penal, qual a tese jurídica poderia ser alegada em eventual recurso a ser apresentado? Fundamente e justifique sua resposta. (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO DISCURSIVA 03**

Percival foi preso em flagrante pelo delito previsto no artigo 33 da Lei n.º 11.343/2006. Processado e julgado, ao final do processo, o juiz ficou convencido de que o réu, fazia jus a redução da pena prevista no artigo 33, § 4º, da referida lei, fixando a pena, em definitivo, em 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicialmente fechado ao argumento de que o artigo 2º, § 1º, da lei 8.072/90, assim determina, vedando a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos, com base no próprio artigo 33, § 4º, da Lei n.º 11.343/2006. O advogado de Percival é intimado da sentença. Diante do caso narrado, responda justificadamente:

A) Poderá o advogado de defesa, em eventual recurso, questionar a fixação do regime inicial fechado, fixado exclusivamente com base no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072/90? Fundamente e justifique sua resposta.

B) Com relação ao tráfico-privilegiado, previsto na Lei nº 11.343/2006, artigo 33, § 4º, é possível a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO DISCURSIVA 04**

Armando foi denunciado pelo Ministério Público pela prática do crime de homicídio qualificado por motivo fútil. Narra a exordial acusatória que em razão de rivalidade partidária, Armando teria golpeado Auro com uma chave de fenda 50 vezes, causando-lhe o óbito. Ao final da 1ª fase do procedimento do júri, Armando foi pronunciado nos exatos termos da denúncia. Diante desta decisão, a defesa do acusado interpôs recurso em sentido estrito com o objetivo de reverter a decisão. No julgamento do referido recurso, o Tribunal de Justiça da localidade manteve a decisão de pronúncia, mas excluiu a qualificadora. No julgamento em plenário, ocasião em que Armando confessou a prática do crime, a defesa lê para os jurados aos motivos invocados pelo acórdão para afastar a qualificadora. Respondendo aos quesitos, o Conselho de Sentença absolve Armando. Sabendo-se que o Ministério Público não recorreu da sentença e considerando somente as informações fornecidas pelo enunciado, responda de forma fundamentada:

A) A esposa de Auro poderia buscar a impugnação da decisão proferida pelo Conselho de Sentença? Em caso positivo, de que forma e com base em que fundamento?

B) Caso o Ministério Público tivesse interposto recurso de apelação com fundamento exclusivo no artigo 593, III, "d", do Código de Processo Penal, poderia o Tribunal de Justiça declarar a nulidade do julgamento por reconhecer a existência de nulidade processual?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	